

Pronto plano para exorcizar retaliações

Petróleo merecerá prioridade, superfluos serão cortados e racionamento pode vir

CESAR FONSECA
E LEONEL ROCHA
Da Editoria de Economia

O Governo já sabe quais medidas adotar no caso de retaliações comerciais por parte dos credores internacionais depois da suspensão, por tempo indeterminado, do pagamento dos juros da dívida externa. São elas: prioridade para importação de petróleo, racionamento de combustíveis, aumento da produção de petróleo pela Petrobrás, pagamento das importações com produtos brasileiros, corte das importações de produtos superfluos.

Independente da retaliação comercial, o Governo adotará uma política econômica de estabilização com austeridade monetária e fiscal. Isto significa corte dos subsídios e dos incentivos fiscais e absorção das dívidas dos bancos estaduais pelo Banco Central.

IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO: A primeira providência vai ser a manutenção obrigatória das importações de petróleo, através de acordos bilaterais com os fornecedores, envolvendo trocas comerciais como pagamento. Isto evitará o desembolso mínimo necessário de moeda forte. Esta mesma tática já foi utilizada quando as reservas cambiais do País caíram a zero em 1982, levando o Governo a centralizar o câmbio e priorizar os pagamentos externos.

A tática de pagar as importações de petróleo com manufaturados e produtos alimentícios produzidos no Brasil já está sendo utilizada com os países do Oriente Médio, a exemplo do Iraque, Irã e Arábia Saudita, e com a Nigéria. Negociação neste sentido poderá ser feita, também, com o Equador e México, dois importantes produtores latino-americanos de petróleo.

Dos 230 mil barris de petróleo exportados diariamente pelo Iraque ao Brasil, 175 mil barris estão vinculados à exportação de produtos brasileiros. Os 55 mil barris de petróleo que o País importa da China estão totalmente vinculados à compra de mercadorias brasileiras.

RACIONAMENTO: O Governo adotará uma rígida política de racionamento de combustível. Atualmente as reservas de petróleo são suficientes para atender o consumo interno entre 60 e 80 dias. O preço da gasolina e álcool pode subir. O aumento é para reduzir o consumo. Os aumentos nos preços não seriam lineares e sim escalonados. O preço do óleo diesel, por exemplo, poderia ficar bem abaixo dos demais combustíveis em função do transporte de mercadorias essenciais ao consumo interno.

Está afastada a possibilidade de adoção das chamadas "simonetas", criadas pelo ex-ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen. As "simonetas" eram uma espécie de cupom distribuído aos consumidores de acordo com o consumo médio de cada um. Esta medida não é admitida por receio de fraudes.

AUMENTO DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO: A intenção é aumentar em 10 por cento a produção do óleo a curtíssimo prazo, passando de 60 para 70 por cento da necessidade atual. Isto significa passar dos atuais 600 mil barris para 660 mil barris diários. Dificuldades técnicas impedem que o País aumente, a curto prazo, mais que 10 por cento.

Atualmente a situação do País está qualitativamente superior à verificada durante a crise cambial de 1982, quando o Brasil centralizou o câmbio e submeteu-se ao Fundo Monetário Internacional. Naquele ano o País importou 800 mil barris e produziu somente 200 mil barris de óleo diariamente. No mesmo ano a produção de álcool combustível passou dos 70 para 200 mil barris-dia.

SISTEMA DE TROCAS COMERCIAIS: Haverá um incremento das trocas comerciais com países da América Latina. Países como a Argentina, Paraguai, Equador, Venezuela estariam dispostos a entrar neste tipo de negociação. O Governo recorrerá ao grupo de Cartagena para reativar o sistema da Associação Latino-Americana do Livre-Comércio.

A safra recorde de grãos deste ano (cerca de 63 milhões de toneladas) permitirá uma certa folga neste segmento, já que o Brasil exportará arroz e milho em excesso. Cerca de 4 milhões de toneladas de milho e arroz poderão ser exportadas. Não será possível exportar feijão.

O Governo terá que garantir, também, a importação de insumos básicos, principalmente para a indústria farmacêutica e química fina. As importações de componentes para a indústria eletroeletrônica e automóveis será evitada, sendo permitido o mínimo necessário. A Carteira de Comércio Ex-

terior do Banco do Brasil (Cacex) já foi orientada pelo ministro da Fazenda para atuar seletivamente na decisão dessas importações.

PRODUTOS SUPERFLUOS: Bebidas, queijos, enlatados, apressados, roupas, automóveis e outros 500 produtos importados considerados superfluos pelo Governo, terão suas importações suspensas. Esta medida é exatamente o oposto do que ocorreu no ano passado quando o País importou muitos produtos "superfluos" e sangrou as reservas cambiais. Está na mira do Governo a importação de cosméticos, perfumes, relógios, principalmente se houver produto similar nacional. Neste sentido, o Governo, ao mesmo tempo, atende reivindicações formuladas pelos próprios empresários de vários segmentos da economia nacional.

POLÍTICA MONETÁRIA

A expansão dos meios de pagamentos — depósitos à vista nos bancos mais o dinheiro em circulação — deverá crescer, segundo a fonte ministerial, de acordo com a previsão inflacionária feita pelo presidente José Sarney a parlamentares do PMDB, em torno de 70 por cento. Trata-se de uma expansão austera em relação à expansão verificada no ano passado, superior a 310 por cento, devido ao fenômeno da monetização da economia, isto é, necessidade de aumento da demanda de moeda com a introdução do cruzado.

A austeridade monetária, por sua vez, implicará em expansão do déficit do setor público, porque a menor oferta de moeda redundará em aumento do custo do dinheiro que, conseqüentemente, onerará o custo da rolagem da dívida pública. "Ficará provado, portanto, que não é o aumento do déficit que provoca o aumento do juro e sim o contrário", ressaltou um assessor ministerial.

A meta de 70 por cento de expansão dos meios de pagamento, porém, não é inflexível. Ela deverá ser compatível com a evolução da inflação de forma a não criar problemas para a estratégia oficial de manter o crescimento econômico.

Caso a expansão da emissão de moeda seja inferior ao crescimento da inflação, corre-se o perigo de provocar a recessão. Por isso, ressaltou a fonte ministerial, será necessário manter uma sintonia fina na oferta monetária com o controle da inflação.

POLÍTICA FISCAL

Paralelamente à austeridade monetária, a política econômica privilegiará o controle dos gastos públicos. Está na mira do Governo o corte nos subsídios ao crédito e ao consumo. Um dos alvos principais é o subsídio ao trigo que exige gastos anuais em torno de Cz\$ 25 bilhões. O pãozinho francês, eliminado o subsídio do trigo, teria um aumento entre 70 e 80 por cento.

Está, também, nos planos do Governo uma redução no subsídio ao açúcar e ao álcool, que consomem recursos da ordem de Cz\$ 40 bilhões. As resistências políticas, entretanto, são os principais obstáculos à consecução desse objetivo, tanto em relação ao açúcar e álcool quanto ao trigo. As bancadas dos partidos políticos, certamente, se mobilizariam e pressionariam o Governo a não levar adiante tal propósito.

Cortes nos incentivos fiscais e diversos programas são previstos pelos economistas da Fazenda. Os incentivos fiscais consomem em torno de Cz\$ 30 bilhões.

BANCOS ESTADUAIS

Em relação aos bancos estaduais, a estratégia em estudo no Ministério da Fazenda é de fazer com que o Banco Central assumira as suas dívidas, estimadas atualmente em cerca de Cz\$ 150 bilhões. Trata-se da maior pressão sobre o déficit do setor público que o Governo pretende limitar, este ano, entre 1 e 2 por cento do Produto Interno Bruto.

Após assumir as dívidas dos bancos estaduais, o Governo pretende fixar metas de expansão das suas atividades. Uma das medidas de restrição deverá ser a de conter a especulação desenfreada que se verifica na captação de recursos realizados sempre com o objetivo de cobrir as despesas estaduais, elevadas em relação às receitas.

Para conseguir conter os gastos excessivos dos bancos, o Governo vai querer contar com a colaboração dos governadores eleitos, mas entende que a solução das finanças estaduais estará intimamente ligadas à necessidade de se adotar uma nova política tributária. Esse assunto, no entanto, deverá ser definido pela Assembleia Nacional Constituinte. Funaro descarta, por enquanto, uma reforma tributária de emergência, como reivindicou o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso.

Curto prazo, alvo inicial

Belo Horizonte — representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento no Brasil, William Ellis, previu ontem que o País poderá sofrer retaliações dos credores devido a suspensão de pagamentos. Essas retaliações poderiam vir, inclusive, pelo

corte de créditos de curto prazo de US\$ 15 bilhões que o Brasil tem assegurado para financiamento de seu comércio exterior. Caso isso ocorra, Ellis alertou que haverá a interrupção de praticamente todas as importações e exportações brasileiras.